

## **A ciência econômica hoje: crise e alternativas**

Paulo Nakatani <sup>1</sup>

### **Introdução**

A última manifestação das crises periódicas do capitalismo, desencadeada a partir dos mercados financeiros internacionais e em particular dos Estados Unidos, em setembro de 2008, tem colocado os economistas em situações constrangedoras, embaraçosas ou, no mínimo, desconfortáveis. Economistas, em geral do *mainstream*, que ocupam cargos importantes nos governos, nas instituições financeiras nacionais e internacionais e na academia têm sido continuamente questionados sobre suas posturas, proposições e previsões sobre as tendências do capitalismo. Isso tem gerado, igualmente, *mea-culpa* e críticas de ilustres prêmios Nobel, como Joseph Stiglitz e Paul Krugman<sup>2</sup>. Além disso, as medidas de política econômica anti-crise adotadas nos países mais afetados beneficiam diretamente os grandes capitais monopolistas internacionalizados e principalmente os grandes bancos e fundos financeiros, gerando enormes manifestações contrárias e de descontentamento dos trabalhadores em seus respectivos países. Pois, como costuma acontecer, a conta foi, está e continuará sendo paga pelos trabalhadores, enquanto a gestão do capital estiver sob o domínio dos economistas neoclássicos e o capitalismo se mantiver como modo de produção dominante.

A profundidade e a gravidade da crise atual está demonstrando mais uma vez que o capitalismo é uma forma histórica de sociedade que não só não atende, como não pode responder às necessidades básicas de sobrevivência digna para a maioria da população mundial. O pensamento econômico neoclássico dominante nas diversas correntes do *mainstream*, e adotado como base para as políticas econômicas e como verdade absoluta nos

---

(1) Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES e presidente da SEP.

(2) Krugman (2009). Ver igualmente os outros artigos do “Dossiê: Crise financeira internacional: erros e acertos dos economistas” (Econômica, v. 11, n. 2, 2009).

curso de Ciências Econômicas, tanto de graduação como na pós-graduação, não respondem igualmente às essas necessidades. Muito pelo contrário, buscam saídas e alternativas para salvar o capital em detrimento dos trabalhadores. Esse pensamento econômico, apesar de sua pretensa modernidade e atualidade continua sendo herdeiro direto dos autores do final do século XIX, cuja teoria se fundamenta no individualismo metodológico, na suposta racionalidade e soberania dos “agentes econômicos”, na tendência natural ao equilíbrio e na pretensão de universalidade a-histórica. Ou seja, essa teoria seria válida para qualquer sociedade, independentemente do tempo histórico e do espaço geográfico dos Estados Nacionais.

Assim, quais seriam as questões que se colocam para os economistas que, ao invés de repetirem o que lhes é impingido pelo *mainstream*, desejam realmente contribuir para o desenvolvimento de uma nova forma de sociedade que atenda realmente as necessidades da maioria da população? A rigor, não é possível encontrar uma resposta única e nem uma receita. Entretanto, temos que procurar responder às questões que os trabalhadores explorados, e não o capital, coloca para nossa profissão. Para o capital, os principais problemas que estão colocados passam pela estabilidade monetária, fiscal, cambial e pela rentabilidade para os capitais individuais no contexto de um crescimento acelerado do PIB. O que os economistas têm feito é transformar esses problemas em senso comum, através da formação dos economistas e de sua disseminação pela mídia, e convertê-los em problemas da sociedade. Mais ainda, de que a solução desses problemas para o capital é a condição necessária e suficiente para a solução dos principais problemas econômicos da sociedade em particular a supressão da desigualdade e da miséria. Cabe, então, em primeiro lugar uma retomada<sup>3</sup> das críticas ao *mainstream*.

### **Uma crítica ao mainstream: a lógica interna.**

O principal fundamento metodológico da economia atual continua sendo o positivismo lógico. Nele, o princípio metodológico principal é a dedução lógica de leis a partir de postulados gerais. Assim, toda a dedução realizada já está contida no próprio conjunto de postulados. Na década de

---

(3) A rápida resenha a seguir foi amplamente publicada e discutida entre os economistas durante o século passado. O inusitado é que essas críticas foram simplesmente “esquecidas”, ignoradas, ou varridas para debaixo do tapete.

1930 do século passado, Keynes fez fortes críticas à teoria que ele chamou de “clássica”, na qual incluiu autores como David Ricardo e Alfred Marshall, a principal delas foi contra a lei de Say, amplamente discutida e documentada em livros textos. Segundo essa lei, o mercado conduziria a economia automaticamente ao equilíbrio de pleno emprego, assim as crises seriam decorrentes de fatores externos, como a intervenção indevida do governo ou a atuação de sindicatos e outras instituições “externas” à economia, essa proposição é defendida até hoje pelos neoclássicos<sup>4</sup>. Entretanto, as críticas de Keynes foram absorvidas pelos neoclássicos através da separação entre a microeconomia e a macroeconomia. Esta é apresentada até hoje através do modelo IS-LM como sendo a teoria macroeconômica keynesiana.

A crítica mais dura contra a teoria neoclássica veio de Joan Robinson, discípula de Keynes, em seu artigo “A função de produção e a teoria do capital” em 1953-54 (Robinson 1978, p. 33-48). Nesse artigo, Robinson faz uma crítica à lógica interna da teoria neoclássica da distribuição, na qual, os fatores de produção são remunerados de acordo com as respectivas produtividades marginais e os salários devem cair devido à produtividade marginal decrescente do trabalho<sup>5</sup>. A crítica atingiu de tal forma a coerência lógica interna da teoria neoclássica que gerou um debate durante cerca de duas décadas. O debate foi abandonado porque os neoclássicos não conseguiram resolver o problema insolúvel decorrente de seus fundamentos teórico-metodológicos e da própria lógica interna da teoria<sup>6</sup>.

O ensino “moderno” encontrado nos principais manuais de microeconomia e macroeconomia, ensinados na maioria dos cursos de economia do país, trazem em seu conteúdo todos esses problemas

---

(4) “E qual foi a reação da profissão diante dessa crise que enfrentamos? Eu vejo duas; uma do pessoal mais ligado à teoria do Ciclo Real, às Expectativas Racionais, representada pelo Lucas, pelo Prescott..., que é uma coisa ‘deliciosa’. Eu assisti a uma conferência dele aqui em São Paulo, há uns oito meses, em que ele perguntava: “Que crise é essa?”, e respondia: “Não há crise nenhuma, a teoria explica tudo: é simplesmente uma acomodação racional dos agentes às dificuldades que eles estão enfrentando...”. De forma que: há desemprego? É porque “o trabalhador é vagabundo”, deu nele um “ataque de vagabundagem” e não trabalha mais...(ironiza)” (Delfim Netto, 2009).

(5) Uma crítica a essa proposição, decorrente da adoção da lei dos rendimentos decrescentes foi efetuada por Sraffa em 1926 (Sraffa, 1988, p.13-34).

(6) Atualmente, muitos economistas elaboram seus modelos econométricos com uma única mercadoria para escaparem do problema da agregação do capital. Mas, fazendo isso, o modelo não representa mais uma economia de mercado, na qual seria necessário no mínimo duas mercadorias para haver mercado, comércio ou trocas.

metodológicos e de lógica interna criticados e desvendados ao longo das várias décadas do século passado, entretanto não há sequer uma menção sobre esses problemas teóricos. Acompanhando o processo de qualificação/desqualificação esses manuais omitem os procedimentos de dedução lógica, de construção teórica da teoria e acabam simplesmente em um empirismo cada vez mais vulgar.

### **O mainstream e a crise**

A postura mais adequada, coerente e consequente do *mainstream* frente à crise é a dos economistas “ultraliberais” ou da escola austríaca. Na defesa a qualquer preço do mercado, são críticos ferozes da intervenção do Estado, seja na defesa dos trabalhadores seja na defesa do capital. Eles criticaram duramente as medidas que foram adotadas tanto para salvar as grandes empresas quanto os grandes bancos, principalmente o capital especulativo e parasitário dos grandes bancos e fundos norte-americanos e europeus. Eles, coerentemente, defendem a aplicação da teoria do “risco moral”. Cada capital individual deve ser responsável pelas suas escolhas e decisões individuais. O Estado não deve intervir no funcionamento dos mercados. Aceitam que, com isso, a crise seria muito mais profunda, e acreditam que a recuperação seria igualmente muito mais rápida.

Entretanto, a maior parte dos economistas neoclássicos-neoliberais e, principalmente, aqueles que ocupam cargos importantes nos governos, nas instituições financeiras nacionais e internacionais e na academia, defenderam e aplaudiram e continuam defendendo as medidas do *Federal Reserve*, do Banco Central Europeu, do Banco da Inglaterra, do Banco Central do Japão, etc... Esta postura mostra que, a concepção teórica que defende o livre mercado e a não intervenção estatal não são necessariamente seguidas nas suas práticas econômicas. Daí, a antiga crítica recorrente há décadas de que “na prática a teoria é outra”.

### **E as alternativas?**

A crise atual recolocou em debate várias alternativas que poderíamos, correndo o risco de demasiada simplificação, dividir em dois grupos: o primeiro é daquelas que buscam saídas para recuperar e reproduzir o capitalismo e a segunda é daquelas que buscam uma alternativa ao próprio capitalismo.

No primeiro grupo aparecem, em primeiro lugar, todas as correntes e variantes do *mainstream*, contra os quais já apresentamos várias críticas. Entretanto, podemos incluir ainda nesse grupo as correntes heterodoxas que, criticando o *mainstream*, têm uma interpretação diferente da crise e estão procurando alternativas, mas ainda dentro do modo de produção capitalista. Consideramos neste caso principalmente os autores pós-keynesianos, aqueles que buscam realmente recuperar a teoria de Keynes escamoteada pelos neoclássicos. Eles têm contribuições importantes e fundamentais para a compreensão do capitalismo contemporâneo monopolizado e financeirizado. Mas, para eles, o principal fator na interpretação da crise atual é a falta ou a insuficiência na regulação e no controle do capital com o advento do neoliberalismo após o colapso da ordem internacional instituída em Bretton Woods. Assim, ele defendem, de certa forma, uma espécie de retorno ao período de regulação do pós-Segunda Guerra Mundial. Aqui, cabe apenas lembrar que, depois que “O capitalismo soltou-se da corrente e atacou a si mesmo”<sup>7</sup>, seria ainda possível um retorno ao capitalismo da época do *welfare state*?

No segundo grupo, as principais interpretações e autores decorrem da tradição marxista revolucionária. Para estes, a economia é apenas uma parte da totalidade social. Assim, o desenvolvimento de seus estudos e de suas preocupações não se restringem unicamente à esfera econômica. A crise é explicada pela dinâmica das contradições internas ao próprio capital e a superação efetiva das crises econômicas passa pela superação do próprio modo de produção capitalista. Há mais de 150 anos, Marx escrevia:

O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas em seu seio. De que maneira a burguesia consegue vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las (Marx; Engels, 1977, p. 26).

É certo que durante boa parte do século XX, o capitalismo se desenvolveu sem nenhuma crise grave e profunda como a que ora observamos, mas, o contexto atual só reitera essa “destruição violenta de

---

(7) Kurz (1996, p. 208).

grande quantidade de forças produtivas”, que aparece sob a forma de falências e do desemprego em massa, em particular nos EUA e na Europa.

### **À guisa de conclusão**

Este texto deveria tratar sobre uma “agenda de pesquisa” para a economia e para os economistas. Mas, ele se deteve mais à uma espécie de “avaliação”, muito sumária, do estado atual da ciência econômica, do seu ensino e do debate em torno da crise atual do capitalismo. Como colocamos no início, não há receitas nem respostas únicas. Qualquer agenda de pesquisa depende de cada economista ou de cada estudante individual, de suas preferências (não no sentido neoclássico), inclinações, idiossincrasias e posturas frente ao mundo em que vivemos. E a escolha é pessoal: pesquisar o quê, para quê e em benefício de quem?

Há quem prefira escolher estudar e pesquisar por um caminho: buscar alternativas e soluções através de uma regulação da economia e de um controle estatal, acorrentando novamente o capital, conforme a citação de Kurz. Ou seja, como regular e reestruturar o capitalismo em crise para tentar atender às necessidades gerais da maior parte da população, mas mantendo a propriedade privada dos meios de produção e o estímulo à produção fundamentado na competição intercapitalista em busca do lucro máximo.

Por outro lado, para aqueles que pretendem seguir a linha da superação do capitalismo, a tarefa será muito mais árdua e exigirá uma forte base na recuperação teórico-histórica e uma imaginação criadora, sem o abandono do marxismo. Isso porque, a experiência histórica do chamado socialismo real foi um desastre. Da mesma forma, não há nenhuma convergência nas proposições sobre o “socialismo do século XXI” e nem como será, ou seria, uma etapa ou fase de transição. Mais ainda, a segunda metade do século XX foi testemunha de uma gravíssima derrota das correntes que defendiam o socialismo ou o comunismo.

É neste contexto que se colocam como fundamentais a pesquisa teórica, histórica e instrumental no sentido de procurar os caminhos para a construção de uma nova sociedade. Além dos diagnósticos acerca do capitalismo e de sua crise, está na ordem do dia a necessidade de uma contribuição efetiva aos governos progressistas, como os de Cuba, Venezuela, Equador e Bolívia, sobre o que fazer no enfrentamento contra o grande

capital e o imperialismo, e sobre as medidas de políticas econômicas e sociais voltadas ao bem estar da população. A maior parte das experiências solidárias em curso na América Latina, como a ALBA, Banco do Sul, Petrosul e Petrocaribe, ou a *operación milagro* e outras *missiones*, são ignoradas e depreciadas pela mídia e mal vistas pela economia dominante. São estas questões que deveriam ser contempladas em uma agenda progressista de pesquisa.

### Referencias bibliográficas

DELFIM NETTO, Antonio. Discurso. *Revista do Conselho Federal de Economia*, Ano 1, n. 1, dez. 2009.

KRUGMAN, Paul. Como os economistas puderam errar tanto? *Econômica*, Niterói, RJ, v. 11, n. 2, p. 15-35, 2009.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 208.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. v. 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 26.

ROBINSON, Joan. A função de produção e a teoria do capital. In: HARCOURT, G. C.; LAING, N. F. *Capital e crescimento econômico*. Um livro de leituras. Rio de Janeiro: Interciência, 1978. p. 33-48.

SRAFFA, Piero. As leis dos rendimentos sob condições de concorrência. In: IPEA/INPES. *Clássicos de Literatura Econômicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 1988. p. 13-34.